

Anatomia do entusiasmo

Cultura e revolução em Cuba (1959-1971)

Rafael Rojas

Tradução de Fernando Pinheiro

Os doze anos que vão do triunfo da Revolução Cubana, em janeiro de 1959, ao início da institucionalização soviética da ilha, em 1971, podem catalogar-se como os mais dinâmicos sob o ponto de vista cultural e ideológico da experiência cubana e de boa parte da história intelectual latino-americana do século XX. Naquela década não só se produziu o confronto entre noções de cultura liberais, católicas e marxistas como, dentro do próprio campo socialista, teve lugar um intenso debate entre concepções stalinistas e libertárias da produção intelectual. O objetivo deste ensaio é recapitular as mais importantes polémicas intelectuais daquela década, que ultrapassam o campo cultural da ilha e envolvem boa parte da esquerda ocidental, por meio das principais publicações cubanas (*Lunes de Revolución*, *La Gaceta de Cuba*, *Casa de las Américas*, *Unión*, *El Caimán Barbudo*, *Pensamiento Crítico*) e também das poéticas plasmadas na narrativa, na poesia, no teatro, no cinema, nas artes plásticas e no pensamento produzido na ilha¹.

O triunfo da Revolução, em janeiro de 1959, produziu-se num momento de esplendor da cultura cubana. Três grandes músicos do século XX, Ernesto Lecuona, Benny Moré e Bola de Nieve, produziam então o melhor de suas obras. As artes plásticas, como se vê ao percorrer os “salões anuais” de 1959 e 1960, reuniam grandes pintores e escultores do século XX: Amelia Palaez, René Portocarrero, Mariano Rodríguez, Cundo Bermúdez, José Mijares, Rafael Soriano... (cf. Veigas *et al.*, 2002, pp. 420-424). O teatro

1. Nas duas últimas décadas o tema tem sido documentado por um bom número de estudos, entre os quais menciono apenas alguns: Verdés-Leroux (1989); Quintero Herencia (2002); Gilman (2003); Franco (2004); Martínez Perez (2006); Rojas (2006).

havia alcançado sua mais plena institucionalização e uma nova indústria, a cinematográfica, nascia com pleno respaldo do governo revolucionário (cf. García Borrero, 2001, pp. 20-45). Apenas dois anos depois, um daqueles músicos estava morto e outro havia se exilado, junto com três dos pintores mencionados. Carpentier captou magistralmente o momento dessa fratura:

E te perguntas por que foram fechadas as câmaras literárias de Nantes? Deu um soco na mesa: Estamos mudando a face do mundo, mas só te preocupa a má qualidade de uma peça teatral. Estamos transformando a vida do homem, mas se doem de que alguns letrados não possam reunir-se para ler idílios e levandades. Seriam capazes de poupar a vida de um traidor, de um inimigo do povo, contanto que tivesse escrito belos versos! (1984, p. 112).

Assim falava Victor Hugues, o caudilho revolucionário, a Esteban, o escritor, no pavimento de um barco que transportava os ideais da Revolução Francesa – e também sua máquina incansável, a guilhotina – até as ilhas do Caribe. Essa passagem de *El siglo de las luces*, de Alejo Carpentier, ilustra o momento em que os políticos e os intelectuais de uma revolução põem em confronto suas prioridades. Para os primeiros, a literatura, a arte, a moral, o teatro, a filosofia, enfim, a cultura, e inclusive a ideologia, são esferas que, em circunstâncias prementes – e toda revolução é sempre uma circunstância premente –, passam para segundo plano ou se tornam obstinados estorvos. Para os segundos, a revolução social e política deve-se a uma mudança axiomática na cultura, cujos promotores e intérpretes mais bem dotados são eles mesmos. O sacrifício das práticas culturais, no altar das tarefas urgentes do Estado, parece a essas testemunhas ideais uma degradação da própria ordem revolucionária.

Nos primeiros anos de toda revolução dá-se uma espécie de encantamento recíproco entre intelectuais e políticos, que, chegado o momento, se desfaz bruscamente por meio de uma implacável lógica saturnina. Na França, Louis David, André Chenier, Phillipe Fabre e Camille Desmoulins celebram, com suas pinturas, odes e calendários neoclássicos, o advento da República (cf. Starobinski, 1988, pp. 55-68). Os três poetas seriam guilhotinados durante o Terror, enquanto David, depois de ter contribuído para o que Fabre chamava de “império das imagens” jacobinas, transforma-se em pintor oficial da nova corte de Napoleão I. Outros intelectuais do antigo regime, que graças a suas idéias ilustradas viram com simpatia o evento revolucionário, como Malherbes e Condorcet, refugiaram-se em seus caste-

los ou abandonaram o país. De modo que as alternativas dos intelectuais franceses, a partir de 1794, eram claras: o exílio, o oportunismo ou a morte.

Na Rússia de 1917 também se observa esse deslumbramento da intelectualidade diante do frenesi revolucionário. Gorki e Pasternak, Maiakovsky e Mandelshtam, Esenin e Ajmatova assumem a poesia como um canto de consagração do Estado bolchevique. Apenas sete anos depois, morto Lênin e todo o poder nas mãos de Stalin, dois deles haviam se suicidado e os outros quatro passam a uma espécie de exílio interior – isso que Cabrera Infante chamaria de *insílio*² – que os converte em fantasmas de sua própria cultura. Falando, justamente, da Revolução de Outubro, François Furet se pergunta: “Por que resulta tão fascinante aos intelectuais a catarse revolucionária?”. A resposta do historiador francês merece um comentário:

A revolução recupera em seu arsenal ideológico esse substituto da religião que tanta falta faz à Europa desde o fim do século XVIII. Misturando o desprezo pela lógica com dois elixires por excelência modernos – o voluntarismo jacobino-populista e o determinismo histórico marxista –, compõe uma bebida forte o bastante para embriagar várias gerações de militantes (Furet, 1995, p. 77).

Mas as grandes revoluções não causam estremecimento apenas nos intelectuais dos países em que ocorrem. Tais acontecimentos produzem o que Furet chama de um “feitiço universal” na cultura moderna (cf. *Idem*, p. 113). Por um momento, o transtorno revolucionário deixa de ser assunto de um país para converter-se em um signo da mudança mundial. Por isso a Revolução Francesa cativa alemães como Emmanuel Kant, ingleses como Thomas Paine e norte-americanos como Benjamin Franklin. A Revolução Russa seduz as mentes de H. G. Wells, André Gide, Romain Rolland, André Malraux, Louis Aragon, Aldous Huxley, Bertold Brecht. Por fim, a Revolução Cubana ganha a simpatia de alguns escritores ocidentais de grande prestígio, como Jean-Paul Sartre, Herbert Marcuse, Hans Magnus Enzensberger, Charles Wright Mills, Waldo Frank, Allen Ginsberg, e de quase toda a intelectualidade latino-americana: Octavio Paz, Mario Vargas Llosa, Gabriel García Márquez, Julio Cortázar. Quando o pacto entre os intelectuais e o poder se rompe, esses espectadores, salvo raras exceções, retiram seu apoio à revolução e se convertem em seus críticos mais pertinazes.

No caso da Revolução Cubana, o romance entre o intelectual e o poder durou um pouco mais; talvez uns dez anos. Com a queda do ditador Fulgencio Batista, em 1959, três gerações de intelectuais aplaudiram a vi-

2. No original, o neologismo *insilio* (N. T.).

tória do Exército Rebelde e ofereceram seus serviços ao jovem governo revolucionário: a geração dos anos de 1930, com suas alas comunista e reformista claramente delineadas desde os tempos da *Revista de Avance*; e a dos anos de 1940, cujo projeto cultural mais significativo foi a revista *Orígenes*; e a dos de 1950, que poderia associar-se em certa medida às plataformas estéticas da *Sociedad Nuestro Tiempo* e da revista *Ciclón*. A primeira e a terceira gerações eram integradas por intelectuais públicos, que se moviam dentro das referências culturais de uma política moderna. Os poetas de *Orígenes*, em vez disso, haviam articulado um profundo imaginário nacional à margem dos debates sobre a modernidade cubana (cf. Rojas, 1999, pp. 73-86 e 188-197). Isso explica, de algum modo, que o confronto dos anos de 1960 tivesse sido protagonizado, fundamentalmente, pelos escritores dos anos de 1930 e de 1950, ainda que até mesmo José Lezama Lima e os poetas católicos de *Orígenes*, em algum momento, tenham sido convocados pelos jovens intelectuais de *Lunes de Revolución* e, logo, depois do caso Padilla e do Congresso Nacional de Educação e Cultura de 1971, sofressem um ostracismo forçado pelo regime³.

3. Ver o capítulo “The Phoney Truce” em Reed (1991, pp. 67-98).

4. Essa idéia se plasma claramente em Marinello (1984a, pp. 90-107; 1984b, pp. 273-303).

5. Sigo aqui a clássica idéia de Gramsci em *La política y el Estado moderno* (1971, p. 67).

Os comunistas cubanos que ainda viviam em 1959 (José Zacarías Tallet, Juan Marinello, Nicolás Guillén, Regino Pedroso, Alejo Carpentier) viram a Revolução como o desenlace político do movimento cultural vanguardista que haviam protagonizado três décadas antes⁴. Esse grupo contava com uma nova geração de escritores e dirigentes que podia oferecer ao governo revolucionário todo um programa de renovação cultural e educativa: Carlos Rafael Rodríguez, José Antonio Portuondo, Félix Pita Rodríguez, Blas Roca, Mirta Aguirre, Aníbal Escalante, Joaquín Ordoqui, Edith García Buchaca. Sem dúvida, essa corrente, filiada ao Partido Socialista Popular, era a de maior consistência ideológica no momento do triunfo da Revolução. De fato, todos os seus membros eram intelectuais e ao mesmo tempo políticos; ou seja, eram intelectuais orgânicos desse “Moderno Príncipe” nascido em 1º de janeiro de 1959⁵. Mas o vínculo orgânico que haviam estabelecido com seu partido devia agora ser transferido para um governo revolucionário em que convergiam várias organizações políticas, cujos repertórios ideológicos não eram propriamente marxista-leninistas.

A princípio, essa delegação de autoridade não parecia gerar muitas dificuldades. Blas Roca, que era secretário geral do Partido Socialista, entregou o poder e a autonomia de sua organização ao governo revolucionário. O mesmo fizeram os dirigentes do Diretório Estudantil Universitário e do Movimento 26 de Julho. Com o desaparecimento dessas três organizações,

que haviam capitalizado a luta contra Batista, deu-se a possibilidade de configurar-se um partido único estatal. O governo logrou seu intento primeiro com as Organizações Revolucionárias Integradas (ORI), depois com o Partido Unido da Revolução Socialista (PURS) e, finalmente, com o Partido Comunista de Cuba, que foi criado em 1965. Esses três passos respondem a um objetivo claramente delineado pelo poder revolucionário desde seus primeiros dias: a dissolução de todas as diferenças ideológicas e políticas que haviam integrado o amplo espectro da oposição a Batista (cf. Stable, 1998, pp. 175-177). Ainda que também, desde ao menos o segundo ano da Revolução, a confluência daquelas associações num Partido Comunista perseguia um fim geopolítico: assegurar uma aliança com a URSS, que protegeria Cuba no caso de verificar-se a anunciada intervenção norte-americana (cf. Ruiz, 1972, pp. 147-148).

O processo de unificação, entretanto, não foi nada cômodo. Cada organização sobrevivia a seu modo dentro do partido e do governo. Os comunistas, que eram o único grupo possuidor de um projeto econômico, cultural e ideológico bem perfilado, chamaram a si, com o beneplácito de Fidel Castro, o controle da economia, da política e da cultura do país. Sobretudo a partir de 1961, essa inserção nas posições estratégicas do governo tornou-se visível para o restante da nova elite, levantando uma onda de rancores nos outros grupos (cf. Domínguez, 1978, pp. 320-322). Carlos Rafael Rodríguez foi nomeado presidente do Instituto Nacional da Reforma Agrária (Inra), que, mais que uma agência econômica, era uma espécie de Conselho de Estado virtual. Aníbal Escalante manejava a mesa diretora das ORI e depois também do PURS. Joaquín Ordoqui, além de membro da direção nacional dessas duas organizações, era vice-ministro das Forças Armadas. Outro comunista, Augusto Martínez, foi designado ministro do Trabalho. Nicolás Guillén era já o presidente da Uneac (Unión de Escritores y Artistas de Cuba); Alejo Carpentier, diretor da Imprensa Nacional; Edith García Buchaca, como uma das vice-presidentes do Conselho Nacional de Cultura, lograva um efetivo controle daquela importante instituição que, de modo mais honorífico, era encabeçada por Vicentina Antuña (cf. Cabrera Infante, 1993, p. 102).

Mas o acesso desses intelectuais ao governo, habilmente pactuado entre Fidel Castro e a direção do PSP, teria seus custos para os próprios comunistas. Quando se cria o Partido Comunista em 1965, três importantes líderes do velho PSP já haviam sido expulsos desonrosamente da classe política cubana: Aníbal Escalante em 1962, por ocasião do processo de sectarismo;

e Joaquín Ordoqui e Edith García Buchaca por ocasião do chamado Caso Marquitos (cf. Habel, 1965, pp. 7-20). Esses expurgos e ainda um terceiro, o da “Microdivisão”, em 1967 – ainda que estivessem baseados no receio anticomunista dos líderes de outras organizações revolucionárias, como o Movimento 26 de Julho e, sobretudo, o Diretório Estudantil –, refletiram-se na cultura por meio de polêmicas que delinearam o tipo de intelectual orgânico desejável para o novo poder. Fazendo a economia sociológica daquele amplo debate dos anos de 1960, pode-se dizer que os antagonistas eram o Intelectual Nacionalista Revolucionário e o Intelectual Comunista Revolucionário. Na recente *nomenklatura* da ilha, o primeiro arquétipo seria encarnado por Carlos Franqui, diretor do periódico *Revolución*, Haydée Santamaría, diretora da Casa de las Américas, Alfredo Guevara, diretor do Icaic, e Armando Hart, ministro da Educação. O segundo, por outro lado, seria o modelo intelectual dos cinco célebres sobreviventes do PSP: Blas Roca, Juan Marinello, Carlos Rafael Rodríguez, Mirta Aguirre e José Antonio Portuondo.

A disputa entre o Intelectual Nacionalista e o Intelectual Comunista, que cancelava em sua origem a possibilidade de um Intelectual Republicano ou Democrático – cujas figuras emblemáticas haviam se exilado nos primeiros anos (Jorge Mañach, Roberto Agromonte...) ou envelheciam caladas na ilha (Ramiro Guerra, Fernando Ortiz...) –, permeou toda a década de 1960 em Cuba e, longe de refletir uma quebra política entre as elites, centrou-se asceticamente nos temas morais da cultura. Os paradigmas enfrentaram-se na polêmica sobre os filmes *La dolce vita* e *Accatone*, de Federico Fellini, entre Blas Roca e Edith García Buchaca, de um lado, e Alfredo Guevara e Tomás Gutiérrez Alea, de outro, que envolveu as publicações *Hoy*, *La Gaceta de Cuba*, *Cuba Socialista* e *Revolución*, e no questionamento bastante difundido do realismo socialista como método de criação para a literatura e as artes (cf. *Idem*, pp. 7-10). Quase todos os jovens intelectuais nacionalistas dos anos de 1950, próximos da Sociedad Nuestro Tiempo ou das revistas *Nueva Generación*, *Ciclón* e *Lunes de Revolución*, como Guillermo Cabrera Infante, Heberto Padilla, Antón Arrufat, Edmundo Desnoes, Roberto Fernández Retamar, Lisandro Otero, Pablo Armando Fernández ou Ambrosio Fornet, opuseram-se à adoção daquele cânone estético formulado por Andrei Zhdanov para a Rússia de Stalin, que era promovido mais ou menos abertamente pelos velhos comunistas (cf. Reed, 1991, pp. 67-97).

As críticas de Che Guevara ao realismo socialista em *El socialismo y el hombre en Cuba* (1965) caíram como uma bênção naquele círculo intelec-

tual. Mas o vanguardismo político de Guevara acenava tanto para a reivindicação como para o desprezo da classe intelectual. O Che reconhecia que essa “idealização do presente”, promovida pelo funcionalismo stalinista, ainda não se manifestara na Cuba de meados dos anos de 1960 (cf. Che Guevara, 1971, p. 116). Observava, em troca, que a cultura cubana desses anos incorria frequentemente em um “erro de signo contrário”: a “alienação”, o “passatempo vulgar”, a “angústia sem sentido”, o “anúncio do cadáver fétido do capitalismo”, a “jaula invisível do idealismo burguês”, a “morbidez e a decadência do século XX...” (*Idem*, pp. 115-117). Todos esses sintomas culturais, segundo o Che, emergiam do “pecado original” ou da “culpabilidade” dos intelectuais e artistas cubanos: “Não ser autenticamente revolucionários” (*Idem*, p. 118). Por isso a “tarefa” da nova classe política era “impedir” que aquela geração intelectual, “deslocada por seus conflitos, pervertesse as novas” (*Idem*, p. 118). Essa moralidade genética não só chegou a difundir-se entre os líderes políticos como também entre os próprios intelectuais, que projetaram em suas obras o complexo de culpa de não haver participado da Revolução. Grande parte do discurso laudatório sobre feitos e heróis de gesta, que se acumularam nesses anos, é o resultado textual dessa projeção.

Uma vez criado o regime de partido único, naquele ano de 1965, as tensões entre o Intelectual Nacionalista e o Intelectual Comunista puderam ventilar-se dentro do campo de liberdade assegurado pelo Estado. A maior dificuldade do poder residia no fato de que, se todos os comunistas eram nacionalistas – no estrito sentido antiamericano que tem o nacionalismo em Cuba –, nenhum nacionalista era propriamente comunista e alguns eram francamente anticomunistas. Carlos Rafael Rodríguez, por exemplo, captou a dificuldade dessa justaposição ao expor, em 1965, o dilema de sua própria lealdade em uma entrevista ao *The New York Times*: “Qual é a lealdade principal de um revolucionário” – perguntava-lhe Lyle Stuart – “a Fidel ou ao Partido?”. E Carlos Rafael respondia: “Pode ser que muitos em Cuba pensem mais em termos de Fidel que em termos de Partido. Para nós, no entanto, Fidel e o Partido são a mesma coisa... Para nós essa lealdade a Fidel e ao Partido é a mesma lealdade” (Rodríguez, 1983, v. 2, pp. 437-438). Da perspectiva de um comunista com disciplina partidária, como Carlos Rafael Rodríguez, a lealdade a Fidel, e não ao Partido, que muitos nacionalistas revolucionários mostravam, era um tipo precário de compromisso político, associado ao “populismo pequeno-burguês”, que devia evoluir até a forma superior de consciência de classe que implicava a lealdade ao Partido Comunista.

6. Em sua resenha de *Retrato de família con Fidel*, Cabrera Infante (1993, pp. 281-293) realiza um interessante esboço biográfico de Franqui.

No outro pólo da geografia intelectual, esse é também o dilema de Carlos Franqui. Em sua juventude, Franqui havia militado no Partido Socialista Popular, chegando a trabalhar como redator no periódico *Hoy*. Já distante dessa organização no início dos anos de 1950, criou a sociedade cultural *Nuestro Tiempo*, filiou-se ao Movimento 26 de Julho e, assim como Carlos Rafael Rodríguez, lançou-se na Sierra Maestra e fundou a Rádio Rebelde e o periódico *Revolución*, os dois principais meios de comunicação da insurreição contra Batista⁶. Após do triunfo revolucionário de janeiro de 1959, Franqui converteu-se em um dos protótipos do intelectual nacionalista, receoso tanto da ingerência norte-americana como da soviética e defensor de uma cultura crítica, antiburocrática, dentro das elites revolucionárias. *Lunes de Revolución*, a visita de Sartre, o Salão de Maio, o Congresso Cultural de Havana e boa parte da audaz política editorial dos anos de 1960 deveram-se à persuasiva interlocução de Franqui com os novos políticos profissionais. Ainda em 1972, recém-exilado, em um texto para a revista *Libre*, Franqui, por seu acentuado anti-sovietismo, não podia declarar-se leal ao Partido Comunista de Cuba, mas, em troca, era capaz de mostrar adesão à figura de Fidel Castro e à de Che Guevara, e de simpatizar com todos os socialismos independentes de Moscou, desde o chinês e o vietnamita até o iugoslavo e o romeno (cf. Franqui, 1972, pp. 9-10).

Assim, o comunista Rodríguez e o nacionalista Franqui enfrentaram o mesmo dilema: para sobreviver no topo da pirâmide revolucionária era indispensável uma lealdade bifronte, ao Partido e a Fidel. Comunistas como Aníbal Escalante e Joaquín Ordoqui, mais leais à instituição que ao caudilho, caíram nos primeiros anos da experiência revolucionária. Nacionalistas como Armando Hart e Alfredo Guevara, leais a ambos os poderes, sobreviveram até seu final. O conflito entre duas ideologias tão incompatíveis, como o nacionalismo e o comunismo, havia se dirimido alguns anos antes, ao fragor de guerras civis na Espanha e na China (cf. Thomas, 1995, pp. 309-334; Salisbury, 1992, pp. 12-17). Em Cuba, não obstante, a hierarquização das lealdades em torno da figura de Fidel Castro permitiu que os discursos se fundissem em uma simbologia única. Tanto é assim que entre 1959 e 1961 negar o anticomunismo de Castro era tão grave quanto questionar seu comunismo depois da aliança definitiva com a União Soviética.

O curioso é que a partir de 1961, estabelecido o marxismo-leninismo como ideologia oficial, Carlos Rafael Rodríguez demonstrou ser o comunista mais flexível de todos os ex-integrantes do PSP. Em 1965, em razão da constituição do novo partido, Rodríguez se queixou, numa entrevista aos jornalis-

tas norte-americanos Richard Elder do *New York Times*, Alvin Burt do *Miami Herald* e Lyle Stuart do *The Independent*, da “rigidez doutrinária” do marxismo soviético. “Os instrumentos da educação caracterizam-se em muitos assuntos por enfoques dogmáticos” – dizia Rodríguez – e demandava uma formação marxista heterodoxa dos economistas cubanos. “Como ser, em filosofia, um bom marxista e ao mesmo tempo não ser dogmático?” – perguntava-se – e agregava sua decepção diante da maioria dos livros de filosofia marxista procedentes da União Soviética: “Faz anos que tento encontrar um bom livro marxista sobre Kant, e tudo que encontro é uma repetição de que Kant era agnóstico e que Engels dizia que o agnosticismo é uma espécie de ‘materialismo envergonhado’” (Rodríguez, 1983, vol. II, pp. 442-443).

No caso de Rodríguez, a flexibilidade doutrinária provinha do período pré-revolucionário, quando publicou alguns textos pouco ortodoxos se comparados com trabalhos de Blas Roca ou Aníbal Escalante da mesma época. Em “As classes na Revolução Cubana” (1941), Rodríguez havia destacado o papel da crescente pequena burguesia. Em outro texto pré-revolucionário, “O pensamento da juventude ortodoxa” (1949), havia criticado o “socialismo” e a “democracia” defendidos por jovens ortodoxos como o próprio Fidel Castro, que anos depois se converteria em seu chefe. E, inclusive, numa interessante nota sobre o *Redescobrimento de Deus*, Rodríguez se dava ao luxo de polemizar civilizadamente com o católico Rafael García Bárcena sobre a “extrapolação de Husserl” e a “racionalização da fé”. Tudo isso dentro de uma aplicação cuidadosa, nada mecânica, do marxismo-leninismo à história de Cuba, que partia do suposto de que Marx não havia compreendido o problema colonial, essencial para um país latino-americano e caribenho como Cuba (cf. *Idem*, vol. I, pp. 15-29; 61-76; 243-254; 306-310).

Marxistas como Juan Marinello, Carlos Rafael Rodríguez, José Antonio Portuondo e Mirta Aguirre haviam demonstrado antes da Revolução uma marcada tendência ao liberalismo cosmopolita em cultura, advertindo sobre os perigos de um nacionalismo provinciano ou de um dogmatismo ideológico. Um discurso a propósito do trigésimo aniversário da revista *Nuestro Tiempo*, de Carlos Rafael Rodríguez, resume essa idéia marxista do “nacional na cultura” por meio de uma crítica paralela do nacionalismo ético e da ortodoxia ideológica. Dizia então que “a cultura nacional é nacional na medida em que a essência própria seja capaz de expressar-se, nos modos mais diferentes e universais. Se se aprofunda bem na própria nação, se chega por esse caminho a outra parte, ao encontro com os demais” (Hernández Otero, 1989, p. 411). E a propósito do esplêndido livro de José

Antonio Portuondo, *El heroísmo intelectual* (México, Tezontle, 1955), Mirta Aguirre havia insinuado que um intelectual comprometido deve combinar a afabilidade, a “transigência liberal”, a “prudência erasmista” e, ao mesmo tempo, não “vacilar em indispor-se” e “dizer claramente o que deve dizer” (*Idem*, p. 105).

No entanto, no momento do triunfo revolucionário, instrumentados já como letrados orgânicos do poder, os marxistas cubanos chocaram-se com os nacionalistas republicanos (Mañach, Lizaso, Ichaso...) e com os novos nacionalistas revolucionários (Franqui, Cabrera Infante, Padilla...). Roa, por exemplo, que havia tomado parte do governo de Carlos Prío Socarrás (1948-1952) como diretor de cultura no Ministério da Educação, encabeçado por Aureliano Sánchez Arango, e que havia criticado a invasão soviética da Hungria em 1956, arremetia em 1969 contra a “ótica astigmática e sensibilidade de pescoço duro” de *Indagación del choteo*, apesar de ter ele mesmo publicado em 1928, na *Revista de Avance*, um elogio daquele ensaio clássico e de que, em meados dos anos de 1930, polemizara com o autor de *Martí, el Apóstol* com firmeza e até com crueza, mas sem nunca deixar de reconhecer a honestidade e o talento de Mañach (cf. Roa, 1969, p. 24; Díaz, 2003, pp. 95-97). Como recordou Duanel Díaz, nos momentos mais álgidos de suas polêmicas com o Mañach do ABC da biografia martiniana, os marxistas cubanos – alguns deles, como Marinello ou Roca, haviam compartilhado posições proeminentes com Ichaso e o próprio Mañach na Assembléia Constituinte de 1940 e até no primeiro governo de Batista – sempre admiraram e respeitaram o autor de *Historia y estilo*. Ainda que José Antonio Portuondo, Mirta Aguirre e outros, nos anos de 1970, tenham falado do “diversionismo ideológico” mañachiano nos anos de 1930, 1940 e 1950, Marinello celebrava, “sem adulação de irmãos”, cada livro de Mañach, e Roa se referia ao “libérrimo juízo das teorias, dos homens e das coisas”, à “prosa excelente” e aos “generosos desvelos e esforços por uma Cuba com um mínimo de decência dentro do *status* colonial em que vive” daquele importante intelectual republicano (cf. Díaz, 2003, pp. 152-155).

O choque entre liberais republicanos, comunistas pré-fidelistas e nacionalistas revolucionários, depois de 1959, adquiriu desde o início tintas de uma fratura geracional. Nos três primeiros anos da Revolução, publicações como *Lunes de Revolución*, *La Gaceta de Cuba* ou *El Mundo en Domingo* refletiram essa disputa entre os letrados tradicionais da República e os intelectuais orgânicos do novo regime revolucionário. Em *Lunes*, por exemplo, os jovens poetas Heberto Padilla e Antón Arrufat questionaram a modera-

ção de Mañach, o apelo recorrente à decência cívica, como uma indefinição diante do regime revolucionário, um “ficar em cima do muro” e, sobretudo, um preconceito reacionário contra o novo. Mañach, que surgira como intelectual trinta anos antes, à frente de uma geração vanguardista e revolucionária, era visto agora pelos jovens intelectuais de 1959 como conservador e até mesmo misoneísta (cf. Padilla, 1959a, 1959b; Arrufat, 1959).

Entre março de 1959 e novembro de 1961, os 129 números de *Lunes de Revolución* apresentaram o maior esforço de pluralidade e vanguarda da política cultural do novo regime. Basta lembrar que a publicação ocupou-se de temas tão cosmopolitas e heréticos, da perspectiva de um marxismo ortodoxo ou de um nacionalismo estreito, como o nazismo e o franquismo, os direitos humanos e a tradição socialista, África e Israel, a reforma agrária e a identidade nacional, Ballagas e Borges, Camus e Sartre, a União Soviética e a China, cinema e teatro, Estados Unidos e México, a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Civil Espanhola, Picasso e Capablanca (cf. Luis, 2003, pp. 57-135). No entanto, o impulso de ruptura, de ajuste de contas com o passado, manifesto na última edição de *Ciclón*, acompanhava *Lunes* desde o primeiro número, em que aparecia um duro ataque de Enrique Berros contra Cintio Vitier, a propósito de *Lo cubano en la poesía* (cf. Berros, 1959). Artigos como “El club de los moderados”, de César Leante, no número 37 (30/11/1959), “Las armas de la reacción”, de Antón Arrufat, no número 38 (7/12/1959), “Prensa imparcial, un concepto falso”, de José Barbeito, no número 39 (14/12/1959), ou “Frustración política, conformismo intelectual”, de Euclides Vázquez Candela, no número 45 (1/2/1960), são ilustrativos do compromisso de *Lunes de Revolución* com a destruição das instituições liberais da opinião pública republicana, como *Diario de la Marina*, e com a expulsão do campo intelectual cubano daqueles que ante os olhos da nova geração revolucionária apareciam como letrados do antigo regime: Baquero, Mañach, os dois Vitier, Ichaso, Lizaso, Chacón e Calvo...

Em seu último artigo em *Bohemia Libre* (“José Martí: rompeolas de América”), Jorge Muñach formulou um claro discernimento da tensão entre a legitimidade histórica da Revolução de 1959 e a ilegitimidade política do Socialismo de 1961, esta última entendida, naturalmente, a partir de tradição liberal e democrática da ordem republicana (cf. Mañach, 1961, pp. 7 e 95). Ainda que a radicalização socialista do processo revolucionário, claramente perceptível desde o outono de 1960, tenha cindido o campo intelectual entre os que não aceitavam a ilegitimidade do novo regime e os que davam respaldo à transformação marxista empreendida pelo jovem líder, os

três grandes discursos do nacionalismo republicano – o liberal, o católico e o comunista – experimentaram uma curiosa forma de subsistência durante a primeira década socialista. As polêmicas dos anos de 1960, enfrentadas pela nova geração de intelectuais revolucionários (Guillermo Cabrera Infante, Pablo Armando Fernández, Roberto Fernández Retamar, Alfredo Guevara, Tomás Gutiérrez Alea, Lisandro Otero, Ambrosio Fornet, Edmundo Desnoes...) contra a velha geração marxista (Juan Marinello, Mirta Aguirre, Carlos Rafael Rodríguez, Félix Pita Rodríguez, Edith García Buchaca, José Antonio Portuondo...) e contra a intelectualidade católica que permaneceu em Cuba (José Lezama Lima, José María Chacón y Calvo, Raimundo Lazo, Cintio Vitier, Fina García Marruz, Eliseo Diego...), foram de algum modo a continuação, por outros meios, das guerras culturais da República.

A partir de *Lunes de Revolución* e do último número de *Ciclón*, ficaram estabelecidas as duas frentes daquelas guerras culturais: o choque geracional e a disputa entre dois modos – o stalinista e o heterodoxo – de assumir a cultura nacional sob o socialismo. Depois da censura a *PM* e do fechamento de *Lunes*, em 1961, e a celebração, no ano seguinte, do Primeiro Congresso de Escritores e Artistas, que deu lugar à criação da Uneac e de seu órgão editorial, *La Gaceta de Cuba* – que, de acordo com seus editores (Nicolas Guillén e Lisandro Otero), diferentemente de *Orígenes*, *Ciclón* e *Lunes*, não seria “um espelho para Narciso, mas forja para Vulcano..., nem seria feito pelo grupo para o grupo, nem obedeceria a igrejinhas ou seitas...” –, as querelas entre as elites não desapareceram, mas se deslocaram para diversos posicionamentos ideológicos e culturais dentro do campo revolucionário e socialista. Assim, é possível detectar elementos geracionais e ideológicos em polêmicas como a que mantiveram Virgilio Piñera, Roberto Fernández Retamar e Gil Blas Sergio nos primeiros números de *La Gaceta de Cuba* (abril-maio de 1962), sobre a literatura anterior e posterior à Revolução e seu maior ou menor grau de compromisso político; no debate sobre o romance *No hay problema* (1962), de Edmundo Desnoes, em junho desse ano, e na mesma revista entre Virgilio Piñera, Antón Arrufat, Heberto Padilla, Ambrosio Fornet, César Leante, Lisandro Otero e José Soler Puig; na interessante discussão sobre o novo teatro cubano protagonizada por Antón Arrufat, José Ramón Brene, Abelardo Estorino, M. Reguera Saumell, José Triana e Rine Leal, em junho de 1963 e também em *La Gaceta*; na ampla e intensa polêmica sobre “Cinema e Revolução”, desde o verão de 1963 até a primavera de 1964, em várias publicações de Havana (*Revolución*, *Hoy*, *Bohemia*, *El Mundo*, *La Gaceta de Cuba*,

Cuba Socialista e *Cine Cubano*), que envolveu jovens cineastas como Tomás Gutiérrez Alea, Humberto Solás, Pastor Vega, Julio García Espinosa, Octavio Cortázar, Jorge Fraga e Raúl Macías, funcionários e teóricos culturais como Blas Roca, Alfredo Guevara, Edith García Buchaca, Mirta Aguirre e Sergio Benvenuto; e, por fim, no inteligente debate, em meados de 1964, entre José Antonio Portuondo e Ambrosio Fornet, suscitado pela novela *El derrumbe* (1964), de José Soler Puig, e que se estendeu, no caminho, à avaliação de toda narrativa produzida em Cuba depois de 1959⁷.

Em 1966, o ficcionista e filósofo Jesús Díaz recebeu a tarefa de editar o suplemento cultural do periódico *Juventud Rebelde*, órgão da União de Jovens Comunistas de Cuba. O *magazine* será conhecido como *El Caimán Barbudo*, em alusão à geografia da ilha revolucionária, e em seu primeiro conselho editorial intervirão alguns dos escritores mais interessantes daquela geração: Luis Rogelio Nogueras, Guillermo Rodríguez Rivera, Victor Casaus, Elsa Claro e Mariano Rodríguez Herrera (cf. Díaz, 2000, pp. 106-111). Esse grupo chocou-se com outra fração da mesma geração, formada por poetas negros e homossexuais, ligados à Ediciones El Puente: Gerardo Fullea León, José Mario, Nancy Morejón, Josefina Suárez, Ana María Simo...⁸.

El Caimán Barbudo aspirava realizar uma proeza que já na Rússia dos anos de 1920 resultara impossível: criar um espaço de liberdade e rigor intelectual sob o comunismo. Em seu primeiro número, Jesús Díaz afirmava que a revista era “obra de jovens revolucionários, comprometida com a Revolução, com seu Partido, o que é igual a estar comprometido com a verdade e com a arte”. Mais adiante advertia que os editores estavam “conscientes de que os dogmas não fazem senão frear sempre o desenvolvimento da cultura” e, evocando Antonio Machado, concluía que “escrever para o povo era chamar-se Cervantes na Espanha, Shakespeare na Inglaterra, Tolstoi na Rússia”⁹. Nem mais nem menos que o sonho de uma vanguarda heterodoxa, que deslumbrou Maiakovski e Gorki, e que Lênin e Stalin converteram em pesadelo.

No entanto, na Havana dos anos de 1960 podia-se sonhar com uma cultura crítica, refinada, que partilhasse os valores socialistas da Revolução e, ao mesmo tempo, recusasse os impulsos totalitários da nova elite do poder. A estrutura doutrinária e institucional do comunismo soviético ainda não se transportara para a ilha, e a esquerda intelectual na América Latina e na Europa (Paz e Sartre, Vargas Llosa e Calvino, Cortázar e Sontag...) via em Cuba um experimento social, nacionalista e justo, que não sucumbiria

7. *La Gaceta de Cuba*, n. 2, 1º maio 1962, pp. 2-7; n. 3, 15 maio 1962, pp. 4-5 e 15-16; n. 4, 5 jun. 1962, pp. 5-6; n. 19, 3 jun. 1963, pp. 3-6; n. 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33, de ago. 1963 a mar. 1964; n. 39, 5 jul. 1963, pp. 6-8 e 9-11; n. 40, out. 1964, pp. 6-7; n. 41, nov. 1964, pp. 12-16. Sobre a polémica a respeito de cinema, ver também Guevara (1998, pp. 201-218).

8. Ver o dossiê “Reparar el puente”, em *La Gaceta de Cuba*, n. 4, jul.-ago. 2005, pp. 2-36.

9. *El Caimán Barbudo*, n. 1, mar. 1966, p. 1, La Habana.

ao feitiço da Europa do Leste. Os intelectuais cubanos mais suspicazes, Guillermo Cabrera Infante, Carlos Franqui e Heberto Padilla, também apostaram nesse socialismo libertário até a perseguição, prisão e julgamento do último, entre 1967 e 1971.

Em 1967, a revista *El Caimán Barbudo* publicou um artigo de Heberto Padilla em que ele julgava duramente (“pastiche de Carpentier e Durrell [...], prosa saturada de muletas [...], salto para a banalidade”) a novela *Pasión de Urbino*, de Lisandro Otero, então vice-ministro da Cultura, enquanto, para cúmulo, elogiava *Tres tristes tigres* (“uma das novelas mais brilhantes, mais engenhosas e mais profundamente cubanas jamais escritas [...], plena de verdadeira força juvenil, de imaginação, atrevimento e gênio”), de Guillermo Cabrera Infante, exilado em Londres (cf. Padilla, 1998, pp. 91-92). *Tres tristes tigres* ganhou o prêmio Biblioteca Breve de Seix Barral daquele ano, e a nota de Heberto Padilla passou à história como o único elogio de Cabrera Infante publicado em Cuba nos últimos quarenta anos. Jesús Díaz foi afastado da direção de *El Caimán Barbudo* por haver autorizado a publicação daquele merecido elogio.

Entre 1967 e 1971, Jesús Díaz envolveu-se em outra aventura intelectual sob o comunismo cubano, a revista *Pensamiento Crítico*. Essa publicação, dirigida pelo filósofo Fernando Martínez e editada pelo Departamento de Filosofia da Universidade de La Habana, propunha-se divulgar “o desenvolvimento do pensamento político e social do tempo presente” e suas contribuições para a “Cuba revolucionária”¹⁰. Alentada pela busca de um socialismo autônomo, distante de Moscou e de Pequim, a revista tentou oferecer à Revolução um discurso heterodoxo, em que confluía a tradição nacionalista e latino-americanista do pensamento cubano (Varela, Martí, Varona, Guerra, Ortiz...) com o marxismo e o liberalismo ocidentais de Gramsci e Lukács, de Althusser e Marcuse, de Korsch e Bloch, Adorno e Sartre, Hobsbawn e Aron (cf. Díaz, 2000, pp. 111-119). Justamente quando as elites havanesas forjavam uma aliança definitiva com a União Soviética, anunciada já pelo apoio de Fidel Castro à invasão soviética da Tchecoslováquia, aqueles jovens arriscaram-se a urdir uma conexão cubana com o maio de 1968. Paradoxos da esquerda: enquanto Cuba era um símbolo nas ruas de Paris, Praga e México, na Havana oficial a causa do maio de 1968 era percebida como uma ameaça.

Pensamiento Crítico editou números impactantes para o meio intelectual e político da ilha em finais dos anos de 1960: o número 18/19 de 1968, por exemplo, dedicou-se ao estruturalismo e à lingüística no teatro, história,

10. *Pensamiento Crítico*, n. 1, fev. 1967, La Habana, Instituto del Libro.

cinema e literatura, com ensaios de autores franceses como Jean Cuisenier, Marc Barbut, Paul Ricoeur, Michel Delahaye, Jacques Rivette, Lucien Sebag e Henri Lefebvre (pp. 3-7); o número 21 desse mesmo ano reproduzia a entrevista de Jean-Paul Sartre à revista *Le Point*, “El intelectual frente a la Revolución”, em que ele dava respaldo à revolta estudantil de Paris, e incluía também vários estudos sobre as duas Alemanhas (pp. 191-205); o número 30, de 1969, era dedicado à cibernética (pp. 3-4); o 34/35, desse mesmo ano, trazia ensaios de Robin Blackburn e Perry Anderson sobre cultura e nação e o estudo de François George sobre Althusser (pp. 3-51); ou o número 39, de 1970, dedicado à Revolução de 1930, com textos de Enrique José Varona, Gabriela Mistral, Eduardo Chibás, Pablo de la Torriente Brau e Antonio Guiteras (pp. 104-105, 214-216, 321-322).

Um rápido percurso por aquelas polêmicas, e outras que viriam depois, como as de *Unión*, *Casa de las Américas* e *El Caimán Barbudo*, permitiria dividir as posições em três grandes blocos heterogêneos e inorgânicos: o dos criadores de diversas gerações, provenientes alguns de publicações como *Orígenes*, *Ciclón* e *Lunes*, que defendiam uma cultura socialista nacional e cosmopolita, com certa margem de autonomia diante do poder e desligada de rígidas formulações classistas e ideológicas (Virgilio Piñera, Heberto Padilla, José Rodríguez Feo, Tomás Gutiérrez Alea, Antón Arrufat, Rine Leal, Edmundo Desnoes, Ambrosio Fornet...); o dos teóricos e burocratas da cultura, seguidores do marxismo ortodoxo soviético e do realismo socialista, e associados fundamentalmente ao velho Partido Comunista (Juan Marinello, Blas Roca, Mirta Aguirre, Nicolás Guillén, José Antonio Portuondo, Edith García Buchaca...); e o dos políticos e intelectuais que, ainda que não comungassem com as teses da ortodoxia soviética, aspiravam a uma estética realista que abasteceria as demandas simbólicas da revolução (Armando Hart, Haydée Santamaría, Alfredo Guevara, Roberto Fernández Retamar, Lisandro Otero...). Como se sabe, depois de um breve predomínio do segundo grupo na direção cultural do país, o terceiro, sempre em luta com a ortodoxia marxista e, ao mesmo tempo, vigilante e repressivo em relação às dissidências do primeiro bloco, acabaria ganhando a liderança de instituições como a Casa de las Américas e o Icaic e, finalmente, controlando a Uneac e o Ministério da Cultura.

Referências Bibliográficas

- ARRUFAT, Antón. (1959), "Las armas de la reacción". *Lunes de Revolución*, 7 dez.
- BERROS, Enrique. (1959), "Un cubano en la poesía", *Lunes de Revolución*, 23 mar.
- CABRERA INFANTE, Guilherme. (1993), *Mea Cuba*. México, Vuelta.
- CARPENTIER, Alejo. (1984), *El siglo de las luces*. Barcelona, Seix Barral.
- CHE GUEVARA, Ernesto. (1971), *El socialismo y el hombre en Cuba*. México, Grijalbo.
- DÍAZ, Duanel. (2003), *Mañach o la república*. La Habana, Letras Cubanas.
- DÍAZ, Jesús. (2000), "El fin de otra ilusión". *Encuentro de la cultura cubana*, n. 16/17, pp. 106-111, primavera/verão, Madri.
- DOMÍNGUEZ, Jorge. (1978), *Cuba: order and revolution*. Harvard University Press, The Belknap Press.
- EL CAIMÁN BARBUDO*, n. 1, mar. 1966, p. 1, La Habana.
- FRANCO, Jean. (2004), *Decadencia y caída de la ciudad letrada: América Latina en la Guerra Fría*. Barcelona, Debate.
- FRANQUI, Carlos. (1972), "Respuesta de Carlos Franqui". *Libre*, fev., pp. 9-10.
- FURET, François. (1995), *El pasado de una ilusión*. México, FCE.
- GARCÍA BORRERO, Juan Antonio. (2001), *Guía crítica del cine cubano de ficción*. La Habana, Editorial Arte y Literatura.
- GILMAN, Claudia. (2003), *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- GRAMSCI, Antonio. (1971), *La política y el Estado moderno*. Barcelona, Península.
- GUEVARA, Alfredo. (1998), *Revolución es lucidez*. La Habana, Ediciones ICAIC.
- HABEL, Jinete. (1965), *Proceso al sectarismo*. Buenos Aires, Jorge Alvarez.
- HERNÁNDEZ OTERO, Ricardo (org.). (1989), *Revista Nuestro Tiempo, Compilación de trabajos publicados*. La Habana, Letras Cubanas.
- LA GACETA DE CUBA*, n. 2, 1º maio 1962, pp. 2-7; n. 3, 15 maio 1962, pp. 4-5 e 15-16; n. 4, 5 jun. 1962, pp. 5-6; n. 19, 3 jun. 1963, pp. 3-6; n. 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33, de ago. 1963 a mar. 1964; n. 39, 5 jul. 1963, pp. 6-8 e 9-11; n. 40, out. 1964, pp. 6-7; n. 41, nov. 1964, pp. 12-16.
- LUIS, William. (2003), *Lunes de Revolución: literatura y cultura en los primeros años de la Revolución Cubana*. Madri, Verbum.
- MAÑACH, Jorge. (1961), "José Martí: rompeolas de América". *Bohemia Libre*, 23 jul., pp. 7 e 95.
- MARINELLO, Juan. (1984a), "Sobre la *Revista de Avance* y su tiempo". In: *Obras Cuba: Cultura*. La Habana, Letras Cubanas, pp. 90-107.
- _____. (1984b), "A medio siglo de la *Revista de Avance*". In: *Obras Cuba: Cultura*. La Habana, Letras Cubanas, pp. 273-303.

- MARTÍNEZ PEREZ, Liliana. (2006), *Los hijos de saturno: intelectuales y revolución en Cuba*. México, Porrúa.
- PADILLA, Heberto. (1959a), "Mañach y la Marina". *Lunes de Revolución*, 2 nov.
- _____. (1959b), "La poesía en su lugar". *Lunes de Revolución*, 7 dez.
- _____. (1998), *Fuera del juego*. Edición conmemorativa, 1968-1998. Miami, Ediciones Universal.
- PENSAMIENTO CRÍTICO*, n. 30, 30 jun. 1969, pp. 3-4, La Habana; n. 39, abr. 1970, pp. 104-105, 214-216 e 321-322; n. 1, fev. 1967, Instituto del Libro; n. 18/19, 1968, pp. 3-7, Instituto del Libro; n. 34/35, nov.-dez. 1969, pp. 3-51; n. 21, 1968, pp. 191-205, Instituto del Libro.
- QUINTERO HERENCIA, Juan Carlos. (2002), *Fulguración del espacio: letras e imaginario institucional de la revolución cubana (1960-1971)*. Buenos Aires, Beatriz Viterbo.
- REED, Roger. (1991), *The cultural revolution in Cuba*. University of Geneva Press, Latin American Round Table.
- ROA, Raúl. (1969), *La revolución del 30 se fue a bolina*. La Habana, Instituto del Libro.
- RODRÍGUEZ, Carlos Rafael. (1983), *Letra con filo*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, vol. II.
- ROJAS, Rafael. (1999), *Isla sin fin: contribución a la crítica del nacionalismo cubano*. Miami, Ediciones Universal.
- _____. (2006), *Tumbas sin sosiego: revolución, disidencia y exilio del intelectual cubano*. Barcelona, Anagrama.
- RUIZ, Ramón Eduardo. (1972), *Cuba: génesis de una revolución*. Barcelona, Editorial Noguer.
- SALISBURY, Harrison Evan. (1992), *The new emperors: China in the era of Mao and Deng*. Londres, Little, Brown and Company.
- STABLE, Marifeli Pérez. (1998), *La revolución cubana: orígenes, desarrollo y legado*. Madri, Editorial Colibri.
- STAROBINSKI, Jean. (1988), *1789. Los emblemas de la razón*. Madri, Taurus.
- THOMAS, Hugo. (1995), *La guerra civil española*. Barcelona, Grijalbo Mondadori, vol. I.
- VEIGAS, José, VIVES, Cristina & NODAL, Adolfo. (2002), *Memoria: cuban art of the 20th Century*. International Arts Foundation.
- VERDÉS-LEROUX, Jeannine. (1989), *La lune et le caudillo: le rêve des intellectuels et le régime cubain (1959-1971)*. Paris, Gallimard.

Resumo

Anatomia do entusiasmo: cultura e revolução em Cuba (1959-1971)

Nas duas décadas que antecederam a revolução de 1959 em Cuba constituiu-se um campo intelectual, similar ao descrito por Pierre Bourdieu para a alta modernidade europeia, baseado na autonomia da esfera pública, nas instituições acadêmicas e no mercado. O triunfo revolucionário e a radicalização socialista dos anos de 1960 transformaram esse campo por meio de uma politização da sociedade que, ao mesmo tempo que destruía e alargava as hierarquias e os limites sociais da cultura, reduzia a autonomia do campo e a pluralidade ideológica dos discursos nacionais. O objetivo deste artigo é investigar a reacomodação experimentada pelas relações entre os intelectuais e o poder durante a primeira década da revolução cubana.

Palavras-chave: Revolução; Intelectuais; Revistas; Periódicos; Literatura; Arte; Crítica.

Abstract

An anatomy of enthusiasm: culture and revolution in Cuba (1959-1971)

The two decades preceding the Cuban revolution of 1959 saw the constitution of an intellectual field – one similar to the field of high European modernity described by Pierre Bourdieu – based on the autonomy of the public sphere, on academic institutions and on the market. The revolutionary triumph and the socialist radicalization of the 1960s transformed this field through a politicization of society that, while destroying the culture's hierarchies and expanding its social limits, reduced the autonomy of the field and the ideological plurality of national discourses. The objective of this article is to investigate the re-adaptation undergone by the relations between intellectuals and the ruling elite during the first decade of the Cuban revolution.

Keywords: Revolution; Intellectuals; Magazines; Periodicals; Literature; Art; Criticism.

Texto recebido em 14/2/2007 e aprovado em 14/2/2007.

Rafael Rojas é doutor em História pelo Colégio do México e professor visitante na Universidade de Princeton.
E-mail: rrojas@princeton.edu.